

Textos para discussão

Mídia

O Globo e as ações afirmativas: das controvérsias à atualização da Lei de Cotas (2002-2023)

João Feres Júnior
Raíssa Sales de Macêdo

Junho 2025



gemmaa

Grupo de Estudos
Multidisciplinares
de Ação Afirmativa

Textos para discussão

Mídia

Expediente

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP

Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa

<http://gema.iesp.uerj.br>
gema@iesp.uerj.br

Coordenadores

João Feres Júnior

Subcoordenadores

Raissa Sales
André Felix

Comunicação

Hedylaine Boscolo
André Madruga

Pesquisadoras Associadas

Beatriz Fernandes Almeida
Izabele Sá
Juliana Leitão
Anna Carolina Venturini

Capa, layout e diagramação

Izabele Sá



O Globo e as ações afirmativas: das controvérsias à atualização da Lei de Cotas(2002-2023)

Raíssa Sales de Macêdo
Pesquisadora
IESP-UERJ

João Feres Júnior
Professor
IESP-UERJ

Este estudo analisa a cobertura do jornal O Globo sobre ações afirmativas raciais no Brasil entre 2011 e 2023, atualizando pesquisa anterior do GEMAA. Foram examinadas 787 notícias, classificadas por categorias como formato, valência e argumentos utilizados. Os resultados indicam uma mudança significativa no debate promovido pelo veículo em relação à década anterior, quando O Globo adotou uma postura predominantemente contrária às ações afirmativas. A partir de 2015, observa-se uma predominância de apoio às ações afirmativas, possivelmente impulsionada pela decisão do STF favorável às cotas raciais, a promulgação da Lei de Cotas em 2012 e a percepção de sucesso dessas políticas.

Índice de gráficos e tabelas

Gráfico 1

Textos sobre AAR em O Globo (2001-2023)..... 1

Tabela 1

Argumentos contrários e favoráveis 2

Gráfico 2

Textos de opinião (incluindo cartas) x reportagens (2011-2023)(2002-2023) 6

Gráfico 3

Textos de opinião (excluindo cartas) e reportagens (2011-2023) 6

Gráfico 4

Número de textos sobre as ações afirmativas de acordo com o formato 7

Gráfico 5

Valência dos textos sobre ações afirmativas de O Globo 8

Gráfico 6

Valência dos textos sobre ações afirmativas de O Globo (2011- 2023) 9

Gráfico 7

Valência e natureza de textos de O Globo sobre ações afirmativas 9

Gráfico 8

Valência de textos de O Globo sobre ações afirmativas por formato..... 10

Gráfico 9

Valência dos Editoriais de O Globo..... 10

Gráfico 10

Principais enquadramentos favoráveis às AAR ao longo dos anos 11

Tabela 2

Autores que mais publicaram textos em O Globo sobre o tema e valência..... 12

Gráfico 11

Valências dos textos de acordo com o gênero do(a) autor(a) 13

Tabela 3

Clusters Favoráveis e Contrários às Ações Afirmativas 14



Sumário

1. Introdução	1
2. Metodologia.....	2
3. Resultados e análise	5
4. Considerações Finais	15



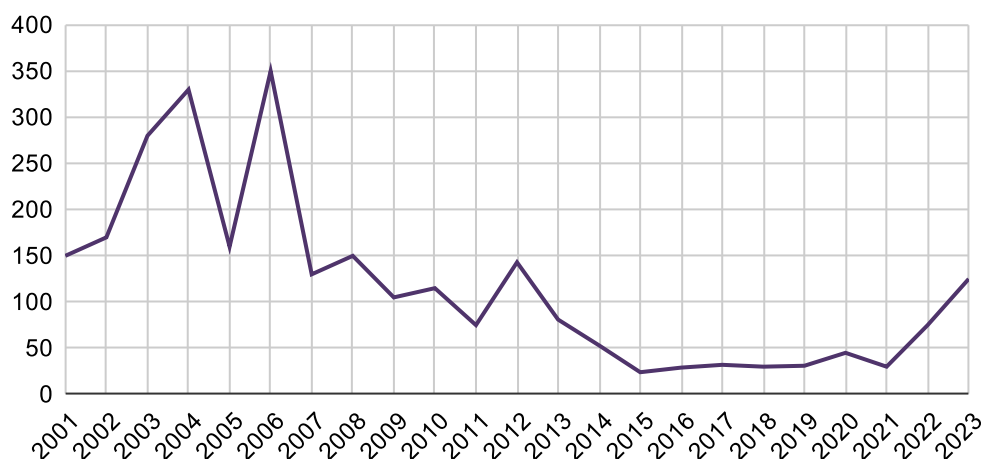
1. Introdução

Este estudo atualiza, com dados de 2011 a 2023, o texto para discussão “O Globo e as ações afirmativas: dez anos de cobertura (2001-2011)”, publicado pelo GEMAA em 2013. O objetivo é apresentar os resultados da análise de todas as notícias veiculadas pelo jornal O Globo sobre ações afirmativas raciais ao longo de 12 anos, desde o período imediatamente anterior à implementação da Lei nº 12.711, de 2012, até sua renovação em 2023.

Para termos uma visão melhor da dinâmica dessa cobertura, resgatamos alguns dados do texto para discussão, como no gráfico abaixo, que mostra os totais anuais de textos publicados sobre o tema no jornal carioca, desde o início do século, quando essas políticas passaram a ser discutidas mais intensamente. No total, coletamos 2.713 textos de O Globo que, de alguma maneira, discutiam ação afirmativa. Ao longo da década de 2000, a cobertura foi de longe a mais intensa, com uma média de 203 publicados por ano. Essa também é a década com o maior desvio padrão, 86,4, o que significa forte variação no número de textos publicados de ano a ano. Na verdade, excetuando os anos de 2001 e 2002, quando o assunto estava ainda entrando na agenda do jornal, os quatro anos seguintes da cobertura são de altíssima ativação, com picos de 350 textos por ano, isto é, praticamente um texto por dia, em média. A partir de 2007 o interesse do jornal pelo tema caiu bastante - com apenas um pico, de 143 matérias anuais, em 2012, ano da aprovação da Lei de Cotas no Congresso e da votação no Supremo Tribunal Federal da constitucionalidade da política de ação afirmativa racial.

Gráfico 1

Textos sobre AAR em O Globo (2001-2023)



A partir de 2013, o interesse do jornal O Globo pelo assunto voltou a diminuir, sendo que entre 2015 e 2021 a cobertura foi esparsa. Um leve aumento de notícias foi registrado em 2020, vinculado à discussão sobre a reserva do fundo eleitoral proporcional ao número de candidaturas negras por partido. Um crescimento mais expressivo ocorreu

entre 2022 e 2023, impulsionado pela celebração dos 10 anos da Lei de Cotas (que foi atualizada em 2023), pela continuidade do debate sobre o fundo eleitoral e pela eleição de um governo que reivindica o compromisso com uma agenda antirracista.

A evolução do debate sobre ações afirmativas ao longo da última década evidencia mudanças tanto na intensidade da cobertura quanto na forma como o tema foi abordado pelo O Globo. Diante desse cenário, a presente pesquisa busca sistematizar e analisar essas transformações por meio de uma abordagem metodológica que permita comparações com o estudo anterior do GEMAA.

2. Metodologia

Para garantir a comparabilidade entre as duas investigações, a estrutura analítica foi mantida, mas foram realizadas adaptações metodológicas. A coleta dos textos foi feita a partir do acervo digital de O Globo, utilizando as palavras-chave (no singular e no plural) “cotas raciais”, “cotas sociais” e “ações afirmativas”. O período analisado compreende de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2023, totalizando 787 notícias, que incluem reportagens, editoriais, colunas, cartas de leitores e artigos de opinião. Além dos textos em si, coletamos metadados como data de publicação, autoria, seção do jornal para compor o banco de dados. Então, adicionamos a esse conjunto de informações outras variáveis, por meio de codificação humana: formato do texto, valência em relação às ações afirmativas, e argumentos favoráveis e contrários.

Na pesquisa anterior do GEMAA, que abrangeu o período entre 2001 e 2011, a análise dos enquadramentos favoráveis e contrários às ações afirmativas raciais no jornal O Globo foi realizada com o auxílio do programa Atlas. Ti, o que permitiu uma codificação detalhada dos argumentos no nível do parágrafo. Devido a limitações do atual formato de disponibilização das notícias pelo jornal, no presente estudo a unidade de análise passou a ser o texto integral da matéria. Isso que dizer que os dados quantitativos relativos aos enquadramentos só são comparáveis aos do período anterior na forma de proporções, mas não de número absolutos. Quanto à análise dos enquadramentos, foi utilizado um Formulário do Google contendo os quase 80 argumentos definidos na pesquisa anterior. Isso limitou a granularidade da segmentação, já que cada argumento pôde ser aplicado apenas uma vez por texto.

Tabela 1

Argumentos contrários e favoráveis

Argumentos contrários	Argumentos favoráveis
c01. AAR pode impor uma identidade bicolor	f01. AAR diminui as desigualdades (genérico)
c02. Pobreza dos negros não se deve à discriminação	f02. AAR efetiva princípios constitucionais
c03. Classe importa mais que raça	f03. AAR realiza o princípio igualdade formal de tratamento
c04. AAR tende a beneficiar classe média/elite negra	f04. AAR introduz os beneficiários na cidadania

c05. AAR cria/acirra conflito racial	f05. AAR consolida/realiza princípios republicanos
c06. AAR dá margem a abuso de poder	f06. AAR inclui os excluídos (genérico)
c07. AAR é discriminação às avessas	f07. AAR diminui as desigualdades socioeconômicas
c08. AAR é inconstitucional/ilegal	f08. AAR instaura a igualdade de oportunidades
c09. AAR pode excluir grupos discriminados	f09. AAR promove a mobilidade social de grupos discriminados
c10. AAR é ineficiente no combate às desigualdades	f10. AAR capacitará os beneficiários a competir em igualdade
c11. AAR resulta da captura do Estado por movimentos sociais	f11. AAR tem estimulado o debate sobre as desigualdades raciais
c12. AAR é solução paliativa	f12. AAR dissocia cor de pobreza
c13. AAR é intervenção do Estado nas relações sociais	f13. AAR combate o racismo/discriminação (genérico)
c14. AAR é uma medida eleitoreira	f14. AAR combate o racismo/discriminação institucional/estrutural
c15. AAR é uma política neoliberal	f15. AAR combate o racismo/discriminação nas relações sociais
c16. AAR pode dividir classes baixas	f16. AAR reconhece/denuncia o preconceito até então encoberto
c17. AAR é vulnerável à fraude	f17. AAR cria uma classe média negra
c18. AAR tende a estigmatizar os beneficiários	f18. AAR inclui os beneficiários nos níveis mais altos da sociedade
c19. AAR fracassou em outros lugares	f19. AAR produz prosperidade/eficiência econômica
c20. AAR pode excluir os brancos pobres	f20. AAR inclui potenciais antes desperdiçados
c21. AAR oficializa o racismo	f21. AAR realiza o mérito
c22. AAR pressupõe a auto-identificação	f22. AAR repara erros cometidos no passado (genérico)
c23. AAR cria intolerância entre os negros	f23. AAR é uma forma de indenização aos que foram escravizados
c24. AAR diminui a qualidade do ensino	f24. AAR busca dirimir os efeitos da escravidão no presente
c25. AAR não deve ser reduzida às cotas	f25. AAR reconhece a diversidade cultural brasileira (genérico)
c26. AAR não leva em conta o mérito	f26. AAR aumentará a autoestima dos beneficiários
c27. AAR produzirá profissionais despreparados	f27. AAR introduz pluralidade nas instituições
c28. AAR provoca ressentimento nos brancos	f28. AAR reconhece contribuição histórico-cultural de marginalizados
c29. AAR rompe com republicanismo brasileiro	f29. AAR realiza um projeto de nação
c30. AAR tende a se perpetuar	f30. AAR é decisiva para a integração nacional

c31. AAR viola o princípio da igualdade formal/institui privilégios	f31. AAR é medida emergencial diante de uma situação crítica
c32. AAR pressupõe a existência biológica de raças	f32. AAR teve êxito em outros lugares
c33. Beneficiários não serão capazes de acompanhar o curso	f33. Há sinais de sucesso da AAR no Brasil
c34. AAR importa um modelo estrangeiro	
c35. AAR não basta sem medidas de permanência	
c36. É difícil classificar racialmente as pessoas	
c37. AAR se opõe à nossa tradição de mestiçagem	
c38. Não há negras para preencher as vagas	
c39. Não há ainda resultados positivos conclusivos	
c40. O Brasil não é um país racista	
c41. O caminho é investir nas políticas universais	
c42. O caminho é investir no ensino básico	
c43. O ensino já está se democratizando sem cotas	
c44. Não é função da universidade estabelecer ações afirmativas raciais (AARs)	
c45. Racismo oculto é melhor que explícito	
c46. AAR racializa a sociedade	
c47. Não há o que reparar pois todo brasileiro é afrodescendente	

Fonte: GEMAA, 2013

Permitir a identificação de um grande número de argumentos é essencial para manter o primeiro nível da análise bastante perto da fonte textual. Os argumentos identificados foram então agregados em clusters temáticos, seguindo a categorização proposta na tese de Campos (2019). No contexto desta análise, os clusters podem ser entendidos como 'super-enquadramentos' ou 'enquadramentos de segunda ordem', que agrupam argumentos individuais com base em similaridades semânticas. Essa organização permite identificar linhas gerais de interpretação contrária ou favorável às políticas de AAR. A clusterização dos argumentos foi realizada a partir de uma análise hermenêutica detalhada, descrita no estudo original do GEMAA (2001-2011).

Esses clusters não são categorias rígidas ou excludentes, mas sínteses que buscam capturar as principais tendências discursivas do debate público. Um mesmo texto pode conter argumentos de diferentes agrupamentos, e cada enquadramento pode pertencer a mais de um cluster, dependendo de suas possibilidades de interpretação. A tabela acima apresenta a lista completa dos argumentos detectados no corpus, organizados entre favoráveis e contrários às ações afirmativas raciais.

Os clusters agrupam os argumentos em cinco categorias principais para cada lado do debate, permitindo uma organização mais sistemática da argumentação favorável e contrária às ações afirmativas raciais. Entre os clusters com argumentos favoráveis, estão os temas relacionados à promoção da justiça social e ao combate à discriminação racial (F1), à redução das desigualdades e inclusão cidadã dos beneficiários (F2), à reparação histórica por injustiças passadas, como a escravidão (F3), à promoção da diversidade nos níveis mais altos da sociedade (F4), e à eficácia das AARs como medidas emergenciais com resultados comprovados (F5).

Por outro lado, os clusters de argumentos contrários às AARs focam em preocupações como a racialização da sociedade e o risco de gerar divisões (C1), a ideia de que as desigualdades são principalmente socioeconômicas, e não raciais (C2), a alegação de que as AARs ferem os princípios do Estado de direito e da cidadania (C3), o impacto supostamente negativo sobre a qualidade e a isonomia no sistema educacional (C4) e a crítica de que essas políticas são paliativas ou ineficazes para resolver as desigualdades (C5).

Essa abordagem metodológica possibilitou não apenas a identificação do volume de argumentos favoráveis e contrários, mas também suas variações e interações ao longo do tempo. Os dados foram analisados para verificar a evolução dos enquadramentos e a forma como os discursos justificativos foram empregados no debate público sobre ações afirmativas raciais no Brasil.

3. Resultados e análise

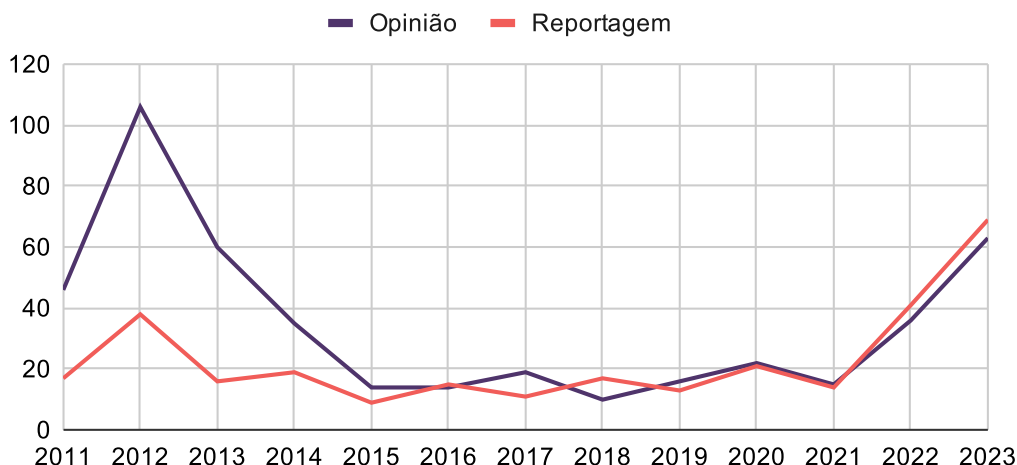
A cobertura de O Globo sobre ações afirmativas entre 2011 e 2023 revela tanto a manutenção de padrões identificados no estudo anterior do GEMAA quanto mudanças na abordagem do tema. Embora a Lei de Cotas tenha um enfoque majoritariamente socioeconômico, 87% das notícias analisadas mencionam ações afirmativas raciais, enquanto 17% tratam das sociais (algumas abordam ambas, resultando em uma soma superior a 100%). Essa tendência já havia sido observada anteriormente, mas houve mudanças qualitativas que reforçam a predominância das discussões sobre políticas raciais no período recente. Entre 2011 e 2023, várias novas iniciativas com critérios raciais foram implementadas e/ou debatidas, como as cotas para negros no Itamaraty (2011), no serviço público (2014), programas de trainee em empresas privadas e a reserva de fundo partidário.

No tocante ao formato das notícias, cerca de 60% dos textos publicados no período foram de opinião (incluindo editoriais, colunas, cartas de leitores e artigos assinados), enquanto quase 40% foram reportagens. A predominância de textos opinativos foi mais acentuada entre 2011 e 2015, período em que também prevaleceram as posições contrárias às ações afirmativas raciais. Entre 2015 e 2021, o cenário tornou-se mais equilibrado, com uma redução no volume de publicações, independentemente do tipo de texto. Em 2022, com um novo aumento no número de notícias, as reportagens superaram os textos opinativos, mantendo-se em maioria por dois anos consecutivos.

Contudo, a diferença entre o número de reportagens e textos de opinião nesse período foi consideravelmente menor do que entre 2011 e 2014.

Gráfico 2

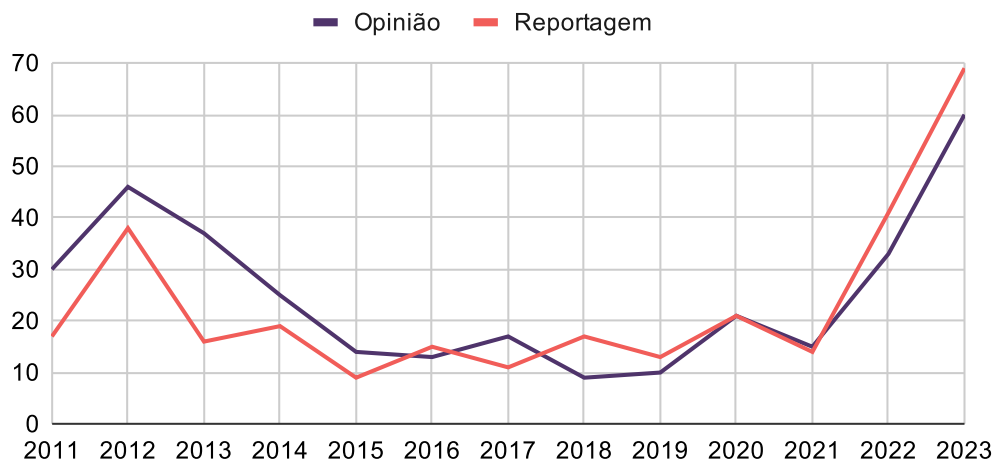
Textos de opinião (incluindo cartas) x reportagens (2011-2023)(2002-2023)



É interessante notar que até 2012, quando se discutia a moralidade e legalidade das cotas raciais, o jornal publicava muito mais artigos opinativos que reportagens. Essa proporção rapidamente caminhou para 1:1 após a chancela institucional dada às políticas pelo Congresso e Supremo Tribunal Federal, em 2012. Contudo, o gráfico abaixo, que exclui as cartas dos leitores da contagem, revela detalhes de interesse. O equilíbrio entre textos opinativos e reportagens estava presente desde o começo da série, em 2011. A maior parte da diferença notada no gráfico anterior se devia às cartas dos leitores. Isso não deve ser tomado como fator extrínseco ao jornal, pois as cartas publicadas pelo jornal são aquelas aprovadas pelo editor. Ou seja, se o jornal estava publicando muitas cartas sobre as cotas, é porque os editores acharam por bem mostrar que o público leitor estava preocupado com o assunto.

Gráfico 3

Textos de opinião (excluindo cartas) e reportagens (2011-2023)

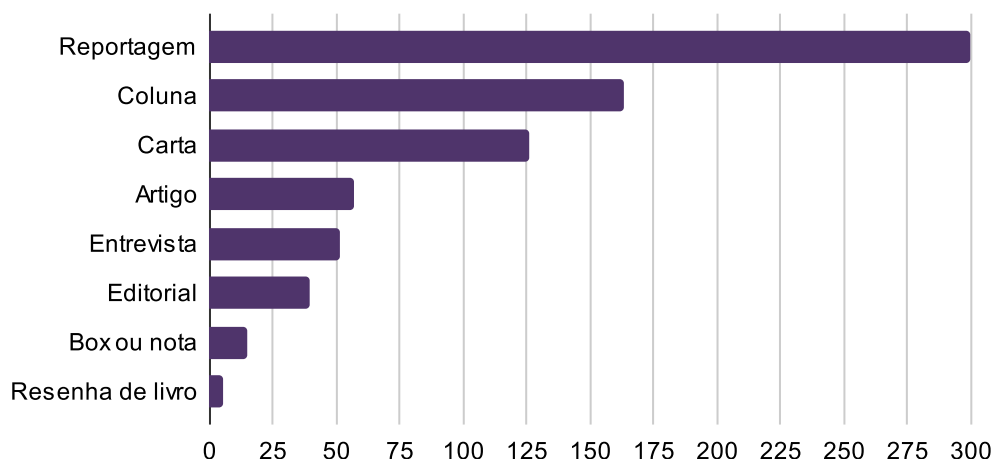


As cartas correspondem a 27,6% dos textos opinativos, e em 2012, representaram 56% desse total. Este é um aspecto digno de atenção, já que 81,7% das cartas expressam opiniões contrárias às ações afirmativas raciais (AAR). Isto é, as cartas de leitores têm a função de representar nas páginas do jornal a voz do público, que, ao contrário de jornalistas, políticos e ativistas, supostamente não é movido por interesses particulares ou egoístas.

A variação no número de reportagens e textos de opinião ao longo dos anos ajuda a explicar por que, embora as posições favoráveis às ações afirmativas raciais predominem no corpus, especialmente no final do período analisado, os argumentos contrários se sobressaem ligeiramente. Isso pode ocorrer porque as reportagens, embora geralmente favoráveis às políticas, tendem a ser menos detalhadas e argumentativas do que colunas e artigos de opinião, nos quais os posicionamentos contrários são mais desenvolvidos.

Gráfico 4

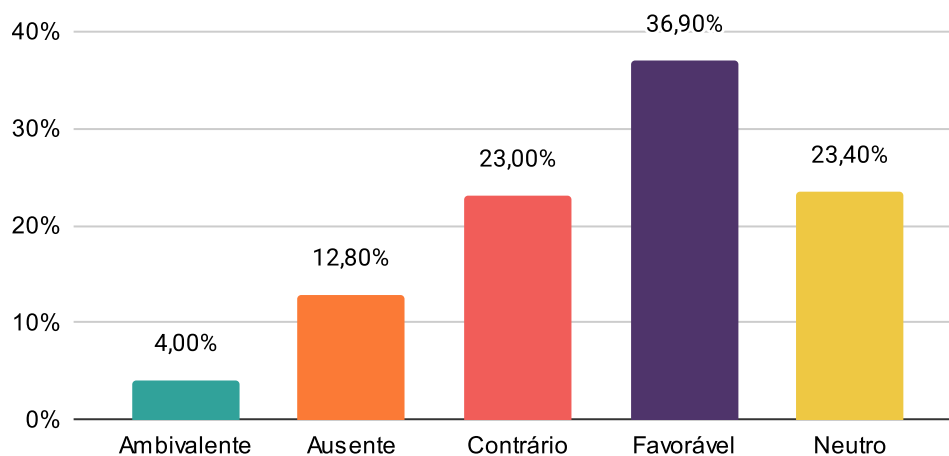
Número de textos sobre as ações afirmativas de acordo com o formato



Para a análise de valências, a pesquisa atribui aos textos cinco classificações: 'contrário', 'favorável', 'neutro', 'ambivalente' e 'ausente'. Os textos 'contrários' se opõem às AAR, enquanto os 'favoráveis' as defendem. A valência 'neutra' foi atribuída a textos que mencionam AAR sem apresentar qualquer posicionamento explícito. A categoria 'ambivalente', por sua vez, abrange textos que apresentam simultaneamente argumentos favoráveis e contrários a essas políticas. Já a classificação 'ausente' refere-se a textos que tratam de ações afirmativas de forma genérica, sem especificar se discutem políticas raciais ou sociais, limitando-se à apresentação de informações factuais, sem qualquer menção a argumentos ou valências.

Gráfico 5

Valência dos textos sobre ações afirmativas de O Globo



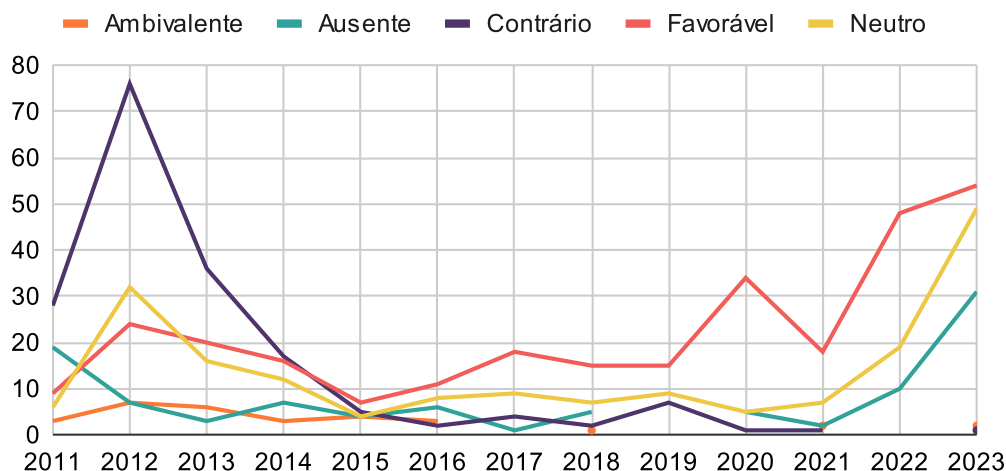
Conforme ilustrado no Gráfico 5, no agregado do período, a maioria dos textos sobre ação afirmativa publicados por O Globo são favoráveis, em torno de 37%, enquanto textos contrários e neutros compõem cerca de 23% cada. Esse padrão contrasta com o do período anterior estudado pelo GEMAA (2001-2011), quando as posições contrárias às ações afirmativas predominavam sobre as favoráveis em uma proporção superior a 3:2 (42% e 26%, respectivamente). A mudança coincide com marcos como a decisão do STF que declarou a constitucionalidade das cotas raciais e a promulgação da Lei de Cotas em 2012. É possível que o reconhecimento de indicadores positivos relacionados às políticas afirmativas, apontados em pesquisas acadêmicas e relatórios institucionais, tenha também tido efeito sobre a cobertura.

No Gráfico 6, notamos claramente a mudança de atitude do jornal. Em 2012, o Globo publicou 76 textos contrários para 24 favoráveis, ou seja, uma proporção superior a 3 para 1, demonstrando alto viés contrário a essa modalidade de política pública. A partir de 2015 os textos favoráveis tornaram-se dominantes, e essa tendência se manteve até o final da série, com neutras e ausentes em segundo e terceiro lugares. Os textos contrários, fortemente majoritários no começo da série, declinam até desaparecerem completamente em 2021. O dado é em si espantoso se considerarmos o empenho com o qual O Globo se dedicou a combater as cotas raciais na primeira década do século XXI, quando inclusive o diretor de jornalismo do grupo empresarial ao qual pertence o jornal fazia campanha aberta contra as políticas.¹

¹ Campos, Luiz Augusto, João Feres Júnior, e Verônica Toste Daflon. 2013. "Administrando o debate público: O Globo e a controvérsia em torno das cotas raciais". Revista Brasileira de Ciência Política, nº 11, 7–31.

Gráfico 6

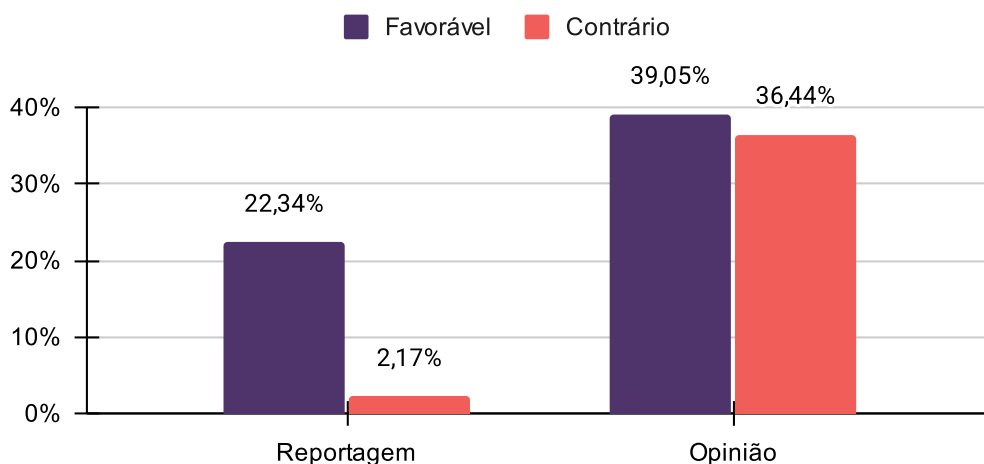
Valência dos textos sobre ações afirmativas de O Globo (2011- 2023)



Quando separamos os textos em suas diferentes naturezas e formatos, como nos Gráficos 7 e 8, notamos detalhes importantes. No que toca à natureza dos textos, se opinativos ou reportagens, o gráfico abaixo mostra haver um quase equilíbrio entre contrários e favoráveis na primeira categoria, ao passo que nas reportagens a vantagem dos textos favoráveis ultrapassa a proporção de 10:1.

Gráfico 7

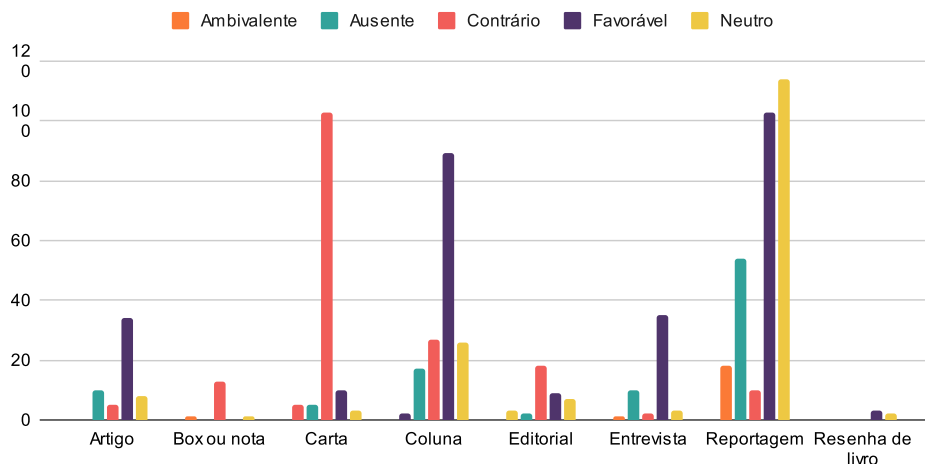
Valência e natureza de textos de O Globo sobre ações afirmativas



A distribuição das valências pelos diferentes formatos de textos jornalísticos em O Globo revela um dado digno de nota. No agregado, os editoriais têm uma posição editorial fortemente contrária às AAR – no período anotamos uma proporção de dois editoriais contrários para um favorável. Tal posição se reflete nos boxes ou notas que adornam o jornal, que são bastante raros, mas quase que exclusivamente negativos. Tais boxes são, provavelmente, obra dos próprios editores do periódico. O mais surpreendente, contudo, são as cartas dos leitores, com uma proporção superior a 10 contrárias para uma favorável. Por outro lado, os formatos reportagem, coluna e artigo de opinião apresentam abundante número de favoráveis.

Gráfico 8

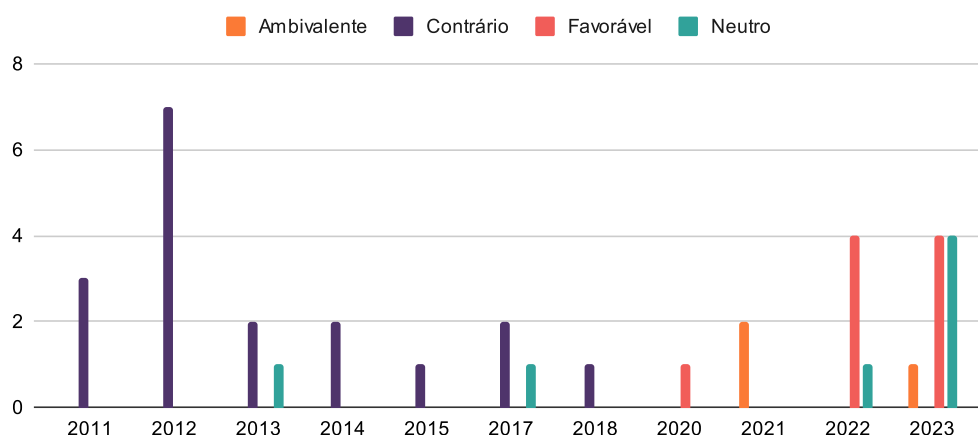
Valência de textos de O Globo sobre ações afirmativas por formato



Ao longo do tempo, observou-se uma redução significativa no volume de cartas de leitores, que foram bastante frequentes no início dos anos 2010, atingindo um pico de 60 publicações em 2012. Essas cartas, escolhidas com base em critérios nada transparentes, parecem ter sido usadas pelo jornal para representar a opinião pública sobre as ações afirmativas raciais, que ainda estava aberto. No entanto, com o fracasso parcial dessa estratégia — visto que as políticas tiveram sua legalidade e eficiência reconhecidas —, o jornal alterou sua postura. A partir de 2020, os editoriais, antes contrários, passaram a adotar um tom mais ameno, culminando no apoio explícito à renovação da Lei de Cotas em editorial publicado em julho de 2022², e em um incentivo à implementação de iniciativas semelhantes nos anos subsequentes.

Gráfico 9

Valência dos Editoriais de O Globo



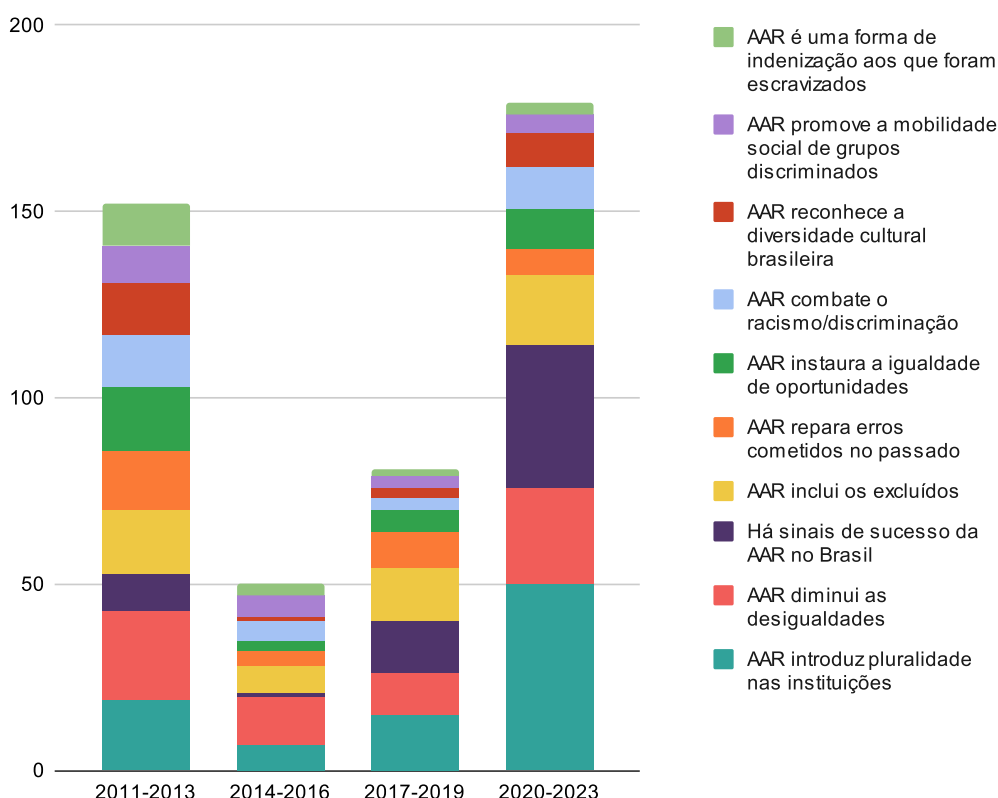
A cobertura recente desloca o foco do embate entre argumentos favoráveis e contrários às AAR para uma análise mais detalhada dos mecanismos e resultados des-

2 O Globo. Lei de cotas nas universidades tem de ser renovada. O Globo, jul. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/editorial/coluna/2022/07/lei-de-cotas-nas-universidades-tem-de-ser-renovada.ghtml>. Acesso em: 13 fev. 2025.

sas políticas. Esse movimento é evidente no aumento de argumentos relacionados à redução de desigualdades e à introdução da diversidade nas instituições, como ilustrado pelo Gráfico 10. Enquanto no período inicial (2011–2013) o debate estava mais centrado em justificativas históricas e morais, nos anos mais recentes (2020–2023) os argumentos destacam os impactos práticos das AAR, como a promoção da mobilidade social e a eficácia demonstrada dessas políticas no combate às desigualdades no ensino superior.

Gráfico 10

Principais enquadramentos favoráveis às AAR ao longo dos anos



Entre os colaboradores do jornal com maior número de publicações sobre o tema, o único a manter uma posição consistentemente contrária às cotas foi o colunista Demétrio Magnoli. Ele aparece em terceiro lugar entre os autores mais frequentes no período, ficando atrás das colunistas Flávia Oliveira e Míriam Leitão, ambas jornalistas de O Globo e historicamente favoráveis às políticas afirmativas. Assim como elas, os demais autores e autoras mais recorrentes no corpus são, majoritariamente, colunistas jornalistas com posições em prol das ações afirmativas raciais. Os dois únicos autores dessa lista que não são jornalistas de O Globo são Luana Génot, fundadora do Instituto Identidades do Brasil, e Frei David Santos, fundador da Educafro e reconhecido ativista da causa das ações afirmativas raciais.

Tabela 2

Autores que mais publicaram textos em O Globo sobre o tema e valência³

Autores	Ambivalente	Ausente	Contrário	Favorável	Neutro	Total Geral
Flávia Oliveira (colunista jornalista)		3		16	1	20
Miriam Leitão (colunista jornalista)				16	1	17
Demétrio Magnoli (colunista jornalista)			12			12
Bruno Alfano (jornalista)		3		4	5	12
Antônio Gois (colunista jornalista)				8	2	10
Carolina Brígido (jornalista)				5	4	9
Pâmela Dias (jornalista)		2		5	2	9
Ancelmo Gois (colunista jornalista)		1	1	1	5	8
Luana Génot (colunista)				8		8
Leonardo Vieira (jornalista)	4			1	2	7
Paula Ferreira (jornalista)				4	3	7
Mariana Muniz (jornalista)		4		1	2	7
Frei David Santos (teólogo, ativista e colaborador)				7		7
Leonardo Cazes (jornalista)		3	2		2	7
Fernanda Krakovics (jornalista)		2	1	1	3	7
Ana Carolina Diniz (jornalista)		1		5	1	7
Alice Cravo (jornalista)		4		2	1	7
Total Geral	4	23	16	84	34	161

Em relação aos papéis sociais dos autores presentes no corpus, a análise da distribuição de notícias por tipo e valência, conforme ilustrado no Gráfico 8, revela que apenas editores e leitores tiveram uma postura majoritariamente contrária às ações afirmativas raciais no período. Exceto pelos jornalistas e repórteres, cujos textos tendem a ser mais neutros, todos os outros grupos demonstram posições predominantemente favoráveis às AAR. Entre os defensores dessas políticas, destacam-se os especialistas, geralmente acadêmicos, que assinam 78 dos 107 textos favoráveis, além dos colunistas jornalistas, com 63 de 121 textos.

³ Usamos como parâmetro de corte ≥ 7 , ou seja, só entraram na lista os autores que publicaram 7 ou mais textos sobre o tema.

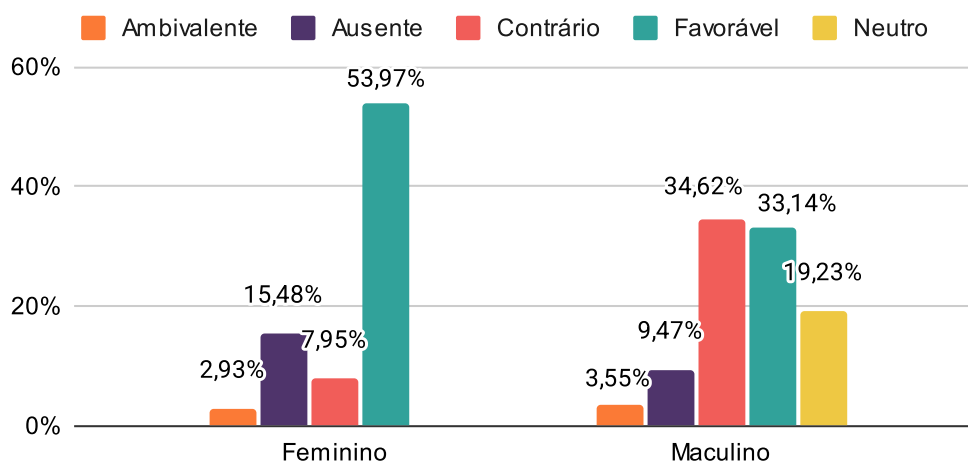
Vale destacar que, entre os grupos externos ao jornal, apenas leitores e especialistas figuram entre os cinco tipos de autores mais frequentes. A presença de membros da sociedade civil organizada, como coordenadores de ONGs e dirigentes sindicais ou associativos, é reduzida no corpus, apesar de terem sido algumas das vozes mais ativas no movimento em prol dessas políticas. Na verdade, esses grupos são frequentemente associados pela cobertura jornalística da grande imprensa a interesses particulares ou, muitas vezes, retratados de forma pejorativa como portadores de uma agenda ideológica, enquanto os leitores são vistos como representantes legítimos do interesse público.

Conforme indicado na Tabela 2, no topo da lista de autores mais frequentes estão mulheres que apoiam as políticas afirmativas. Contudo, ao considerar o total de publicações, independentemente do posicionamento, os homens correspondem a 53,3% dos autores, enquanto as mulheres 37,4%, e textos coautorados por pessoas de ambos os gêneros equivalem a 9,2%. Mas não é somente na liderança do ranking de autorias que as mulheres se destacam pela posição favorável às cotas, isso se verifica também no agregado dos dados, como mostra o Gráfico 11.

O Gráfico 11 também mostra que enquanto os textos assinados por homens apresentam uma distribuição relativamente equilibrada entre posições favoráveis (33,1%) e contrárias (34,6%), os textos assinados por mulheres revelam uma proporção superior a 7 favoráveis para uma contrária. O contraste pode indicar uma maior identificação ou engajamento de autoras com a defesa dessas políticas, sugerindo que perspectivas de gênero influenciam na abordagem de temas ligados à igualdade racial.

Gráfico 11

Valências dos textos de acordo com o gênero do(a) autor(a)



Durante o período analisado, apesar de uma predominância de posições favoráveis às AARs, a frequência de argumentos contrários no corpus é maior. Especificamente, 47% dos argumentos são favoráveis, enquanto 53% são contrários. Esse fenômeno pode ser explicado por duas hipóteses, que operam isoladamente ou em conjunto: 1) Mesmo sendo menos numerosos, os textos contrários utilizam uma maior variedade de argumentos; 2) Os argumentos contrários tendem a ser mais recorrentes em textos que não se opõem explicitamente às AARs.

A Tabela 3 evidencia que há um maior equilíbrio entre os clusters de argumentos contrários do que entre os favoráveis. A superioridade do cluster F2) AAR diminui as desigualdades e inclui os beneficiários na cidadania confirma o predomínio, já detectado em estudos progressos, de uma abordagem centrada na redução das desigualdades e na inclusão social no debate brasileiro sobre ações afirmativas, em contraste com concepções multiculturalistas, comuns em países como os Estados Unidos (FERES JÚNIOR; CAMPOS, 2016). Em uma espécie de resposta a essa perspectiva, predomina entre os argumentos contrários, apesar do equilíbrio entre clusters, a defesa de que as ações afirmativas são insuficientes e pouco eficazes. Ou seja, há um diálogo direto entre as interpretações mais predominantes.

Tabela 3

Clusters Favoráveis e Contrários às Ações Afirmativas

Clusters contrários	N	%
C5) AAR é solução ineficiente ou paliativa	159	13%
C3) AAR fere o Estado de direito e a cidadania	142	12%
C1) AAR racializa a sociedade, cria conflitos e divisões	130	11%
C2) As desigualdades não são raciais, mas sim sociais	101	8%
C4) AAR ameaça a qualidade e a isonomia na educação	92	8%

Clusters favoráveis	N	%
F2) AAR diminui as desigualdades e inclui os beneficiários na cidadania	206	17%
F1) AAR combate à discriminação e à desigualdade de tratamento	124	10%
F4) AAR inclui diversidade nos níveis mais altos da sociedade	104	9%
F3) AAR repara erros do passado (escravidão) e integra a nação	69	6%
F5) AAR é uma medida emergencial e com resultados atestados	65	5%
Total de argumentos	1192	100%

A presença frequente desses argumentos, muitas vezes de forma concomitante, contribui para a construção de uma narrativa de que o problema da desigualdade no Brasil é mais de classe do que racial. Segundo essa visão, a pobreza, que afetaria de modo similar brancos e negros, é a principal barreira ao acesso a oportunidades. Portanto, as cotas, especialmente as raciais, não seriam uma solução adequada. Em vez disso, o Estado deveria priorizar investimentos na melhoria da educação pública básica, o que supostamente garantiria igualdade de condições entre estudantes de todas as raças sem comprometer a ideia de mérito.

Quando se analisam os enquadramentos favoráveis, é interessante notar que, apesar da predominância do cluster F2 ('AAR diminui as desigualdades e inclui os beneficiários na cidadania'), o argumento mais recorrente é f28 ('A AAR introduz pluralidade nas instituições (empresas, universidades, etc)'), que pertence ao cluster F4 ('AAR inclui diversidade nos níveis mais altos da sociedade'). Somente em segundo lugar aparece o

enquadramento f1 ('A AAR diminui as desigualdades (genérico)'), vinculado ao cluster F2 ('AAR diminui as desigualdades e inclui os beneficiários na cidadania').

Ao analisarmos a distribuição dos enquadramentos ao longo do período observado, nota-se uma mudança significativa na forma como o debate foi estruturado. Nos primeiros anos, a principal ênfase recaía sobre a abordagem igualitarista e distributivista da redução das desigualdades. No entanto, o argumento relacionado à pluralização das instituições, com inclinação multiculturalista, presente no corpus desde 2012, passou a dominar o discurso a partir de 2020. Paralelamente, o enquadramento f34 ('Há sinais de sucesso da AAR no Brasil'), do cluster F5 ('AAR é uma medida emergencial e com resultados atestados'), também se fortaleceu. Juntos, esses enquadramentos indicam uma transformação no debate favorável às AARs, que evoluiu de prognósticos baseados em exemplos internacionais e discussões teóricas para a produção de pesquisas e a identificação de evidências concretas sobre a experiência brasileira, que tem se mostrado bem-sucedida.

4. Considerações Finais

Os dados levantados por este estudo mostram um arrefecimento no debate sobre ações afirmativas raciais em comparação com a primeira década dos anos 2000. No entanto, o aumento do número de textos publicados sobre o assunto a partir de 2021 indica que o assunto não está esgotado. É importante verificar se esse crescimento reflete apenas o marco de dez anos da política de cotas nas instituições federais, que resultou em alguns ajustes de seus parâmetros, ou se o tema retornou de forma mais duradoura ao debate público.

A combinação de análise de valência e análise de enquadramento empregada aqui se mostrou adequada para analisar a dinâmica da cobertura jornalística, pois, enquanto a primeira dá conta do posicionamento macro do jornal em relação à essa política pública, o segundo penetra em uma camada mais profunda da interpretação, revelando como diferentes argumentos são empregados para justificar ou reprovar a adoção de tais políticas. Ademais, como notamos acima, o aumento no volume de reportagens em detrimento de textos opinativos sugere uma tendência de superação do questionamento acerca da pertinência dessas políticas. Atualmente, os argumentos que ocorrem nos textos jornalísticos parecem se concentrar mais no desenho e nos procedimentos dos programas de ação afirmativa, ao passo que debates conceituais sobre sua existência e eficácia tornam-se cada vez mais raros. Esse cenário sugere que o tratamento do tema adquiriu maturidade, indicando que a questão central agora reside no aperfeiçoamento das políticas, e não mais em sua legitimidade. Nesse contexto, limitar a análise à postura favorável ou contrária dos jornais seria insuficiente para capturar a maneira como elas estão sendo tratadas.

A recente eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos e a guerra que começou a mover contra os programas de Diversity, Equity, and Inclusion (DEI) na administração pública federal daquele país, desde o primeiro minuto após a

sua posse, mostra que a ação afirmativa está sendo fortemente politizada no contexto estadunidense. Infelizmente, a influência cultural e política que aquele país tem sobre o nosso é enorme e não seria surpreendente se forças políticas locais, simpáticas à agenda de extrema-direita de Trump, importassem essa cruzada anti-ação afirmativa para cá. De uma certa maneira já o fazem, mas ainda não chegaram a ponto de organizar uma cruzada contra a política, da maneira como ocorreu na primeira década desse século. Resta saber como os grandes meios de comunicação, que são tradicionalmente pró-Estados Unidos e lideraram a cruzada anti-cotas em um passado recente, se comportarão se isso acontecer.

Assumindo que o jornalismo pode ainda ser considerado um proxy do debate público, novas pesquisas devem ser conduzidas para aprofundar a compreensão da maneira como esse tema é tratado pelas grandes empresas do setor de comunicação.

Referências

CAMPOS, Luiz Augusto; FERES JÚNIOR, João. O Globo e as ações afirmativas: dez anos de cobertura (2001-2011). Textos para discussão GEMAA (IESP-UERJ), n. 2, 2013, p. 1-18.

CAMPOS, Luiz Augusto; FERES JÚNIOR, João; DAFLON, Verônica Toste. Administrando o debate público. Revista Brasileira de Ciência Política, 2013, p. 7-31. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n11/O1.pdf>.

CAMPOS, Luiz Augusto. Em busca do público: A controvérsia das cotas raciais na imprensa. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019.

FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. Ação afirmativa no Brasil: multiculturalismo ou justiça social? Lua Nova, 2016, v. 2016, n. 99, p. 257-293. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/O102-6445257-293/99>.

FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto; DAFLON, Verônica Toste; VENTURINI, Anna Carolina. Ação afirmativa: conceito, história e debates. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

Como citar

FERES JÚNIOR, João; MACÊDO, Raíssa Sales. O Globo e as ações afirmativas: das controvérsias à atualização da Lei de Cotas (2011-2023). Texto para Discussão (GEMAA), IESP-UERJ, n.23, p.1-16, 2025.